

Décio Gatti Júnior & Joaquim Pintassilgo
(ORGANIZADORES)

Percursos e desafios da pesquisa e do ensino de História da Educação

Áurea Adão · Décio Gatti Júnior · Denice Barbara Catani
· José Gonçalves Gondra · Luís Miguel Carvalho
· Maria Teresa Santos · Peter Burke



 COLUBHE 06

EDUFU

© 2007 Editora da Universidade Federal de Uberlândia (EDUFU)

Todos os direitos desta edição reservados à Editora da Universidade Federal de Uberlândia.
Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida por qualquer meio, sem a prévia
autorização desta editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C429 Percursos e desafios da pesquisa e do ensino de História da Educação
Décio Gatti Júnior e Joaquim Pintassilgo (organizadores). -
Uberlândia: EDUFU, 2007
188 p.

ISBN: 978-85-7078-129-1

I. Educação - História. I. Gatti Júnior, Décio. II. Pintassilgo, Joaquim

CDU: 37(091)

Elaborados pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de Catalogação e Classificação

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....7

SEÇÃO ESPECIAL HISTÓRIA CULTURAL E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Cultura, Tradição, Educação.....13
Peter Burke – Universidade de Cambridge

PRIMEIRA SEÇÃO FORMAS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO ESPAÇO LUSÓFONO

Memória da Educação no espaço lusófono. O contributo dos congressos luso-brasileiros.....25
Áurea Adão – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Morfologia da História da Educação no Espaço Lusófono. O Brasil como ponto de observação.....41
José Gonçalves Gondra – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

SEGUNDA SEÇÃO PERCURSO E SITUAÇÃO ATUAL DO ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Percurso e Situação do Ensino da História da Educação em Portugal.....75
Maria Teresa Santos – Universidade de Évora

Percurso histórico e desafios da disciplina História da Educação no Brasil.....99
Décio Gatti Júnior – Universidade Federal de Uberlândia

TERCEIRA SEÇÃO PERSPECTIVAS FUTURAS DA PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: DESAFIOS DE UMA HISTÓRIA COMPARADA

Desafios na Fronteira da História Comparada da Educação.....143
Luís Miguel Carvalho – Universidade de Lisboa

Escrever e Comparar-se, Mapear e Apropriar-se: questões da pesquisa em História da Educação.....165
Denice Barbara Catani – Universidade de São Paulo

Sobre os Autores.....183

PERCURSO HISTÓRICO E DESAFIOS DA DISCIPLINA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL¹

Décio Gatti Júnior²

INTRODUÇÃO

Este estudo sobre o percurso disciplinar da História da Educação no Brasil é permeado pela idéia da necessidade da construção de uma prática acadêmico-universitária que articule, com eficácia, os recentes ganhos da pesquisa à realidade do ensino da disciplina, por meio de uma nova prática didático-pedagógica que, por um lado, passe a contar com o suporte de material didático inovador e, por outro lado, sem deixar de levar em consideração a crise pela qual passa a profissão docente no País, bem como a situação específica da predominância do aluno-trabalhador do ensino superior noturno no Brasil, desenvolva estratégias de ensino adequadas à realidade específica do ensino brasileiro.

Nessa direção, dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC), informam que, em 2003, havia no Brasil 16.453 cursos de graduação, dos quais 1.214 cursos de Pedagogia, no âmbito das Ciências da Educação e 485 cursos de Normal Superior, no âmbito da Formação de Professores de Educação Básica.

¹ Versão modificada e ampliada do estudo apresentado em 19 de abril de 2006 na mesa-redonda intitulada "Percurso e Situação Atual do Ensino de História da Educação" durante as atividades do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação (COLUBHE06), realizado em Uberlândia, Minas Gerais, Brasil, no período de 17 a 20 de abril de 2006.

² Doutor em Educação - História e Filosofia da Educação - pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor de História da Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Contatos: degatti@ufu.br

São 1.699 cursos diretamente dedicados à formação de professores, bem como de pessoal especializado na área da Educação (BRASIL, 2005).

Dedutivamente, esse é o escopo de possibilidade para o estabelecimento do locus no qual se efetiva concretamente a disciplina História da Educação no Brasil. A dupla ressalva é que, por um lado, não é a totalidade dos cursos que conta com a disciplina no currículo e, por outro lado, também ocorre oferta dela em cursos de licenciatura, tais como em História, Biologia, Matemática, Letras, Geografia etc.

É importante salientar quanto aos cursos de formação de professores que, no caso brasileiro, há atualmente enorme concentração dos cursos ofertados na rede particular e confessional de ensino superior, o que alcança o elevado percentual de 65%, restando à rede pública (federal, estadual e municipal) a oferta de apenas 35% dos cursos (BRASIL, 2005). Soma-se a isso, a predominância da oferta no turno noturno, permitindo afirmar que boa parte desses estudantes corresponda à categoria de alunos-trabalhadores que se dedicam ao estudo diário após cargas intensas de trabalho, em atividades que poucas vezes estão vinculadas à área de formação do curso superior que freqüentam. Recentemente, é possível constatar que também se enquadram nessa categoria de alunos-trabalhadores parte significativa dos estudantes que freqüentam os cursos ofertados no período diurno, o que determina um perfil muito específico aos cursos de formação de professores no País (NUNES, 2003; GATTI JR. e NASCIMENTO, 2004).

No que diz respeito a este estudo em particular, ele foi precedido de duas incursões recentes que aproximaram o pesquisador da temática em referência. A primeira ocorreu em 2004, por meio de participação de mesa-redonda intitulada "Ensino de História da Educação e Fontes" durante as atividades do III Congresso Brasileiro de História da Educação, na qual se desenvolveu uma reflexão centrada nos aspectos heurísticos necessários para a construção de interpretações sobre o percurso histórico da disciplina, bem como, ainda que de modo mais ligeiro, sobre o percurso histórico e as formas didático-pedagógicas do ensino da disciplina (GATTI JR., 2005). A segunda ocorreu em 2005, com a participação de mesa-redonda intitulada "Pesquisa e Ensino em História da Educação", no III Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais, na qual se estabeleceu uma genealogia e apontou os elementos comparativos do processo de constituição do ensino e da pesquisa em História da Educação no Brasil (GATTI JR., 2006).

Nesse sentido, o presente estudo é uma continuidade aos desenvolvidos anteriormente, mas que objetiva complementá-los e, na medida do possível, reconceitualizá-los. Para tanto, o texto está estruturado em torno dos seguintes

pontos: 1) questões teórico-metodológicas que permeiam a análise da História da Educação na perspectiva da História das Disciplinas; 2) percurso histórico da disciplina, com apontamentos acerca da literatura disseminada no âmbito da História da Educação; 3) situação atual e desafios da História da Educação como disciplina formativa; 4) proposições para a articulação entre a pesquisa e o ensino em História da Educação e para a renovação das práticas didático-pedagógicas.

1. O ASPECTO DISCIPLINAR DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: INTERPRETAÇÃO E HEURÍSTICA

A abordagem proposta pela História das Disciplinas Escolares (CHERVEL, 1990) parece útil para o entendimento mais adequado do percurso da disciplina História da Educação no Brasil, pois que sua constituição e disseminação no âmbito escolar precedem o processo mesmo de consolidação da área no campo da pesquisa científica. Nesse sentido, é importante salientar, com Magalhães (1996), o fundamento teórico que embasa a História das Disciplinas, pois que:

[...] as disciplinas, enquanto domínios do conhecimento científico, autônomos, não apenas não existiam assim arrumadas antes da formação das disciplinas escolares, como na sua constituição o primado da educação supera o da ciência, pelo que a história das disciplinas escolares é um componente epistemológico fundamental, legitimadora e identitária da constituição desses domínios de saber (p. 14).

Na direção apontada por Magalhães, André Chervel foi o pioneiro em tomar as disciplinas escolares e, conseqüentemente, os saberes das quais são portadoras, não como a simples adaptação ou transposição do saber de referência para a disciplina escolar, pois que para ele a constituição dos saberes escolares, concretizados especialmente por meio das disciplinas, segue itinerário bastante diferenciado, obedecendo a demandas de esferas sociais quase nunca idênticas àquelas existentes exclusivamente na produção do conhecimento científico (GATTI JR, 2004a, p. 28-9). Para Chervel, a disciplina escolar é

[...] constituída por uma combinação, em proporções variáveis, conforme o caso, de vários constituintes: um ensino de exposição, os exercícios, as práticas de incitação e de motivação e de um aparelho docimológico, os quais a cada estado da disciplina, funcionam em estreita colaboração, do mesmo modo que cada um deles está, à sua maneira, em ligação direta com as finalidades. (1990, p. 207)

Desse modo, o enfoque conferido ao exame das disciplinas escolares por Chervel opõe-se à análise presente na obra do especialista em didática da matemática, Yves Chevallard, para quem a didática é a criadora dos processos de transposição do conhecimento científico ao escolar (BITTENCOURT, 2003; VALENTE, 2004). Para Chevallard a inovação contida nessa forma de abordagem das disciplinas escolares embasa uma análise historiográfica sobre a disciplina História da Educação que leva os historiadores da educação a “[...] subordinar as reflexões epistemológicas aos resultados da pesquisa sobre o itinerário institucional e social percorrido por aquela disciplina” (WARDE, 1998, p. 88). Isso, de toda maneira, leva à superação de análises oriundas do campo denominado de Filosofia da História, introduzindo a História da Disciplina no âmbito da análise historiográfica. Não se trata, porém, de uma negligência aos aspectos onto-epistêmicos presentes na pesquisa e na investigação científica, mas sim de forçar uma análise sempre difícil que exige o reconhecimento da dimensão histórica como fundamento para a construção de interpretações no âmbito das ciências humanas, ou seja, da necessária articulação entre teoria e evidência, em oposição às tendências abstratas que predominavam no campo.

O ensino de História da Educação, dado o recorte doutrinário e moralista que comportou por muito tempo (NUNES, 1996; WARDE e CARVALHO, 2000), abriu-se pouco ao diálogo entre teoria e evidência, presente, desde há muito, no campo da narrativa histórica de modo geral. Porém, os avanços percebidos ao longo das três últimas décadas na pesquisa em História da Educação, beneficiaram-se de um posicionamento bastante crítico por parte dos historiadores em geral e dos historiadores da educação em particular em relação ao estabelecimento de categorias e formas de pesquisar em História de caráter apriorístico, conforme expressou Nunes (2003) em tom autobiográfico:

Os autores lidos, sobretudo os historiadores citados, ensinaram-me que, ao contrário de um projeto no qual as hipóteses são explicitadas de antemão, o que importava era construir essa explicitação, para que o texto ganhasse movimento e interesse. Nada estaria definido a priori, embora isso não significasse a inexistência de um plano anterior. Escrever a história seria também recriar uma atmosfera (aquela sugerida pelos arquivos), preparando o leitor para o deslocamento de época, espaço, mentalidade (NUNES, 2003, p. 125).

Em termos epistemológicos o que parece estar em jogo aqui não é a atribuição à razão, ao método ou mesmo às fontes de pesquisa do critério de validade dos conhecimentos científicos alcançados, mas sim a qualidade do diálogo estabelecido pelo pesquisador/historiador entre teorias, métodos e evidências na efetivação de seu processo de investigação, o que não aparece previamente, mas sim, nos resultados apresentados.

O termo objetivação, desse modo e no âmbito das ciências humanas, indica bem o que se trata de observar em uma investigação científica (LAVILLE E DIONNE, 1999, p. 42-4). Para o caso específico da pesquisa histórico-educacional, afasta os pesquisadores do campo de uma Filosofia da História, seja ela idealista ou realista, mas nos aproxima da necessidade da Historiografia, vista como lugar em que as diferentes interpretações, teorias e métodos são analisados a partir da qualidade do processo de objetivação alcançado pelo historiador no processo de construção de suas teorias.

Com a difusão dessas novas formas de pensar, pesquisar e de narrar em História para o campo dos historiadores da Educação, prolifera entre estes também uma mudança tanto na forma de problematizar como na de efetivar a pesquisa histórico-educacional.

Nesse sentido, Clarice Nunes, ao introduzir um estudo sobre os saberes construídos em História da Educação, por meio do exame dos manuais de história da educação, evidencia este alargamento de fontes na pesquisa histórico-educacional.

A descoberta desses modos de construção [da História da Educação] pode ser feita através de vários itinerários e com outras fontes, impressas ou não, como os discursos ministeriais, as circulares, os pareceres, os programas escolares, os relatórios de inspeção, os projetos de reformas, os artigos, os manuais destinados aos docentes, as polêmicas críticas, os planos de estudo, os planos de curso, os relatos de bancas examinadoras, os debates de comissões especializadas, etc. (NUNES, 1996, p. 67)

Destaca-se no conjunto dessas novas fontes de pesquisa, dado o caráter ainda incipiente sobre o ensino de História da Educação no Brasil, a utilização dos manuais de ensino que teve centralidade já em alguns trabalhos (NUNES, 1996; ROCHA, 2001; VEIGA e FARIA FILHO, 2001; BASTOS 2006), bem como da utilização dos programas de ensino (NÓVOA, 1994; RIBEIRO, 1995; BASTOS, BUSNELLO e LEMOS, 2006).

Percebe-se, no entanto, que o empreendimento da pesquisa sobre o ensino de História da Educação tem um amplo espectro de articulações ainda a realizar, por meio do cruzamento dos resultados de pesquisas contextualizadoras (política e legislação de ensino), com essas que se vão iniciando sobre os manuais (CHOPPIN, 2002; ESCOLANO BENITO, 2002) e o programas de ensino, bem como, com as possibilidades que permanecem em aberto e envolvem histórias de vida (MONARCHA, 1999); depoimentos de autores, professores e alunos, a exemplo do que foi feito sobre os manuais escolares de História em Bittencourt (1993) e em Gatti Jr. (2004a); exame iconográfico; entre outras possibilidades que são possíveis vislumbrar nessa oportunidade e que poderiam captar o complexo circuito de produção, divulgação e apropriação das representações sobre a História da Educação (CHARTIER, 1990).

Constata-se, desse modo, o vasto leque de fontes a inquirir, a partir de uma problemática relacionada ao entendimento do percurso, das permanências e mudanças, no ensino de História da Educação, bem como a dimensão da importância que esse trabalho comporta na direção de subsidiar melhorias nas formas desse ensino. Em certa medida, este texto configura-se como uma modesta contribuição nessa direção.

2. LUGARES E SABERES NO ITINERÁRIO DA DISCIPLINA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Segundo António Nóvoa (1994), a disciplina História da Educação surge em um contexto de crença na educação, em meio a ações diretas de estados nacionais republicanos na direção da estatização do ensino, da institucionalização da formação de professores (especialmente por meio da Escola Normal) e da pedagogia científica (via aportes da psicologia, da biologia e da sociologia).

Na Europa, desde o final do século XIX, há cursos de História da Educação em universidades e escolas normais, experiência que se dissemina pelo mundo e que inclui o Brasil, especialmente sua escola normal (ESCOLANO BENITO, 1994; BASTOS, BUSNELLO e LEMOS, 2006).

Desse modo, a gênese e a disseminação da História da Educação vinculam-se ao processo de profissionalização do professorado, conforme destacou Nóvoa (1991), no qual parte-se do exercício do trabalho docente como ocupação principal, passando à institucionalização estatal, com a criação de instituições específicas destinadas à formação de professores e, no caso, português, desdobra-se na constituição de associações profissionais (p. 17).

A História da Educação nascia com finalidades elevadas, pois exerceria um papel subsidiário na formação do educador que só seria pleno se dominasse a informação histórica que antecedia seu exercício docente na atualidade. Porém, esse ideário enfrentou reveses, tal como apresentado por Nóvoa (1999):

Disciplina fundadora de uma Ciência da Educação amplamente "teórica", a História da Educação perdeu grande parte de seu sentido no momento em que a Pedagogia passou a definir-se numa perspectiva "aplicada", com base nos critérios científicos da psicologia experimental e da sociologia positivista. Nas décadas de transição do século XIX para o século XX, a História da Educação vai perder, progressivamente, o seu papel de disciplina que permite reconstruir a historicidade do processo educativo – e do esforço da teorização pedagógica – para se transformar, primeiro, numa evocação descritiva de fatos, idéias e práticas para consumo dos futuros professores e, mais tarde, num tempo dominado pelas "ciências da observação", numa disciplina sem qualquer utilidade (p. 12).

O percurso mundial do ensino da disciplina História da Educação, a partir de Nóvoa (1994), foi marcado por quatro movimentos no tempo. O primeiro, no século XIX, assinalou um ensino em que predominava a reflexão filosófica (as idéias de grandes educadores), bem como a glorificação do passado, a marcha para o progresso, por meio do estabelecimento de um conteúdo, que deixava verdadeiras lições ao presente e coadunava-se ao objetivo de formação de professores preconizado pelos estados nacionais de então. O segundo movimento, na passagem dos séculos XIX ao XX, no qual se edificavam os sistemas estatais, o conteúdo da disciplina comporta o estudo da gênese das instituições educativas e, sobretudo, a rememoração e legitimação legislativa. O terceiro movimento desse ensino, em termos mundiais, mas, sobretudo, nas sociedades de referência para o caso, França e Estados Unidos, esteve marcado pela reação à historiografia anterior e desenvolve-se em meados do século XX, por meio da intensa crítica dos historiadores (revolução disciplinar) e dos sociólogos (marxistas e neomarxistas), conferindo à produção destinada ao ensino uma perspectiva social na História da Educação. Desde o fim do século XX, um quarto momento pode ser observado, no qual houve a diversificação de

perspectivas do ensino, a redescoberta das temáticas escolares/atores, bem como a retomada de práticas de história intelectual/cultural e a revalorização de abordagens comparadas.

No caso brasileiro, o século XIX é marcado pela existência de uma monarquia constitucional católica, consistindo a educação em um processo bastante elitizado que guardava aproximações e distanciamentos consideráveis em relação ao ideário presente entre os revolucionários franceses do século XVIII. No que diz respeito à literatura difundida em História da Educação no Brasil, Vidal e Faria Filho (2003) identificam três vertentes ou modos diferenciados de operação histórico-educacional presentes na mesma, a saber: aquela gerada nos marcos paradigmáticos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB (entre as décadas de 1870 a 1960); aquela proveniente da literatura escolar utilizada na Escola Normal, materializada nos manuais escolares (entre as décadas de 1930 e 1960); aquela produzida na academia, em especial a partir dos cursos de pós-graduação *stricto-sensu* (desde 1960).

Nessa direção, é importante observar que no século XIX existia forte distanciamento entre o projeto de pesquisa em História e de seu ensino escolar. Conforme era preconizado pelo IHGB, o instituto, na pesquisa, objetivava coligir, metodizar e publicar ou arquivar os documentos necessários à História do Brasil. Já no ensino, o importante era construir uma biografia do País como pedagogia da formação do povo brasileiro, o que se fez em boa medida no ensino ministrado e suportado em manuais escolares presentes no Imperial Colégio de Pedro II (MATTOS, 2000).

Em termos de História da Educação, a partir desse viés interpretativo preconizado pelo IHGB, ganhou relevo a prática de coligir documentos referentes à legislação educacional. Assim, entre as décadas de 1870 e 1960, esse modo de operação histórico-educacional e, em certo sentido, de uma pré-história da pesquisa em História da Educação no Brasil, faz-se presente nas seguintes obras:

1. Nos levantamentos estatísticos e documentais realizados entre 1867 e 1784.
2. Na influente obra de José Ricardo Pires de Almeida, "Histoire de L'Instruction Publique au Brésil (1500-1889). Histoire et Legislation.", de 1889, conjugando as idéias de progresso, civilização e monarquia católica e que influenciou inúmeros autores de manuais da Escola Normal e do campo acadêmico-científico, até meados do século XX, tais como (Júlio) Afrânio Peixoto, 1933; Fernando de Azevedo, 1943; Theobaldo Miranda dos Santos, 1945.
3. Na obra de José Veríssimo, "A Instrução e a Imprensa: 1500/1900", de 1900.
4. Na obra de Primitivo Moacyr, "O Ensino Público no Congresso Nacional", de 1916.
5. Na monumental coleção de Primitivo Moacyr sobre a instrução pública, referindo-se ao Império, a República e as províncias, em quinze volumes publicados entre 1936 e 1942.
6. Na obra de Paulo Krüger Corrêa Mourão sobre a instrução em Minas Gerais no período imperial e republicano, publicada entre 1959 e 1962, no interior do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais (CRPE-MG).

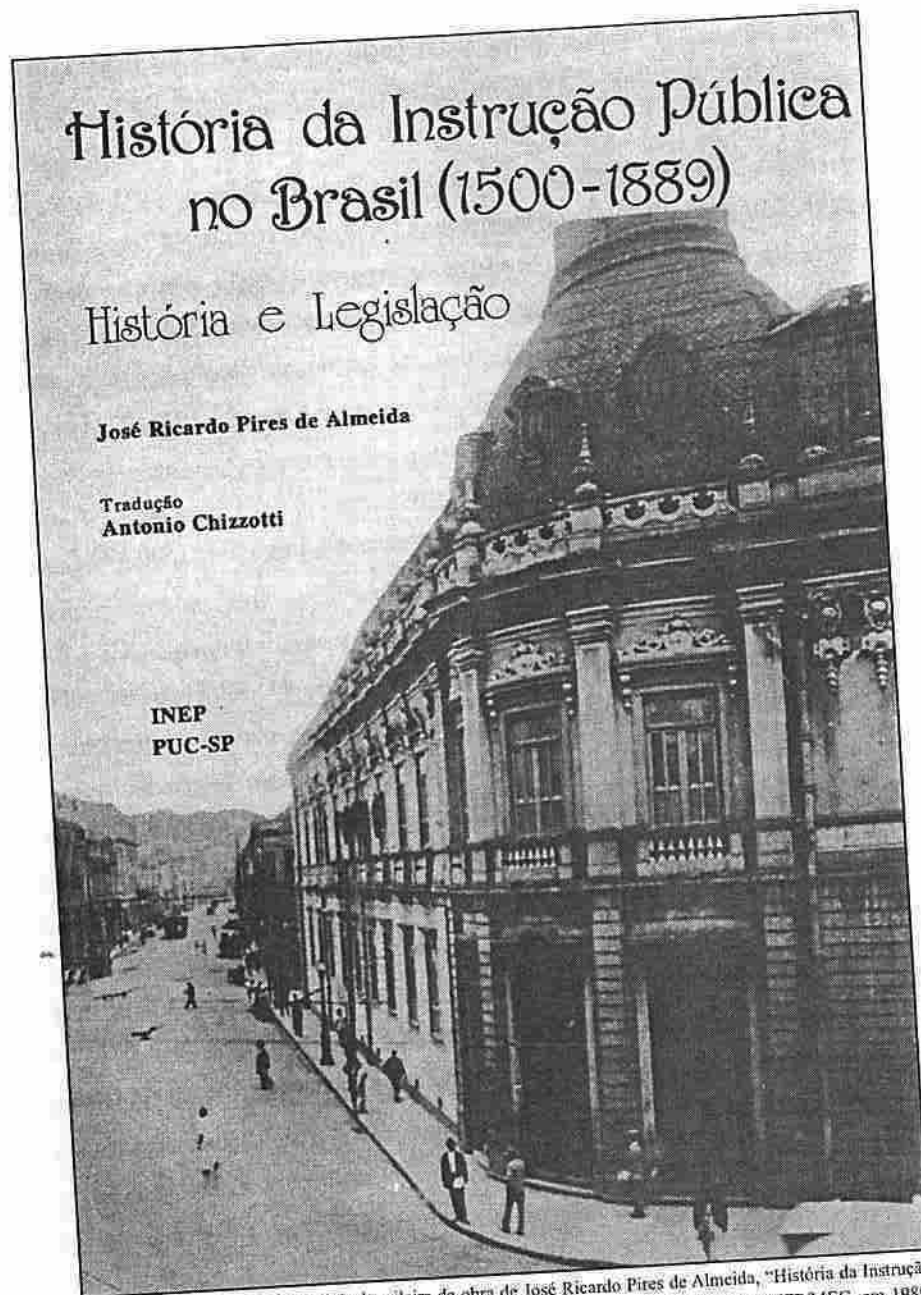


Figura 1 – Capa da primeira edição brasileira da obra de José Ricardo Pires de Almeida, "História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889)", publicada em São Paulo, em co-edição da EDUC e do INEP/MEC, em 1989, sendo que a primeira edição francesa data de 1889.

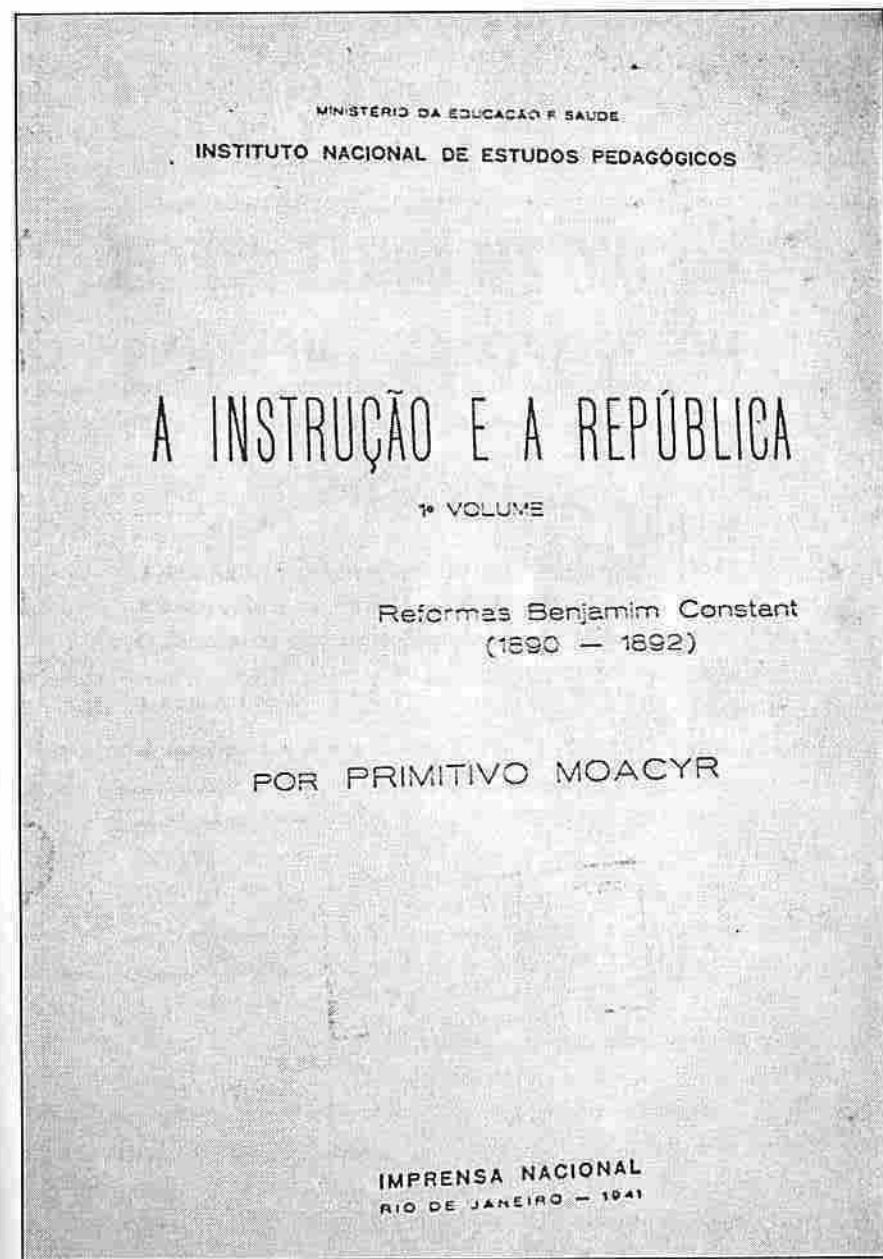


Figura 2 – Folha de rosto da primeira edição do primeiro volume da obra de Primitivo Moacyr, "A Instrução e a República: Reformas Benjamim Constant (1890-1892)", publicada no Rio de Janeiro, pela Imprensa Nacional, em 1941.



Figura 3 – Capa da primeira edição brasileira da obra de Paulo Krüger Corrêa Mourão, “O Ensino em Minas Gerais no Tempo do Império”, publicada em Belo Horizonte, pelo Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, em 1959.

Em outra direção ocorreu, na primeira metade do século XIX, o nascimento, mas não a consolidação, da escola normal brasileira, em um cenário de freqüente criação e extinção de escolas, que perdurou até 1870. A primeira foi criada em 1835, na província do Rio de Janeiro, tendo suas atividades encerradas em 1849. Essa instituição, com um currículo próximo das necessidades do ensino primário, reproduzia os seguintes conteúdos: ler e escrever pelo método lancasteriano, quatro operações e proporções, língua nacional, elementos de geografia e princípios da moral cristã, o que, com poucas variações, manter-se-ia até o período republicano (TANURI, 2000), sem a introdução da disciplina História da Educação e, por consequência, distante das ciências da educação.

Tanuri (2000) caracterizou as escolas normais desse período pela organização didática simples com poucos docentes (um ou dois para todas as matérias), cursos em dois anos, currículos rudimentares (matérias do curso primário e fraca formação pedagógica, com caráter essencialmente prescritivo); infra-estrutura precária; freqüência reduzida (escolas freqüentemente fechadas, revelando desinteresse pela profissão docente, com mingüado atrativo financeiro, bem como com a formação específica tomada como desnecessária, etc.).

No entanto, Tanuri (2000) ressaltou que, na antevéspera da República, houve um movimento em direção da valorização da escola normal proveniente de uma crença na educação e no início do processo de feminização do magistério nacional, o que ocorreu no fim da década de 1860. Em 1879, com a Reforma Leôncio de Carvalho, o currículo da escola normal torna-se mais complexo; apesar de incluir as disciplinas História Universal e História e Geografia do Brasil, ainda não traz a História da Educação como componente curricular. Segundo Bastos, Busnello e Lemos (2006, p. 184), o “Dr. Carlos Maximiano Pimenta de Laet, em parecer sobre as escolas normais no Congresso de Instrução do Rio de Janeiro (1883-84), recomenda como disciplina do currículo de formação – Pedagogia e metodologia geral: história da pedagogia”.

Na Primeira República, as classes políticas da região Sudeste ascenderam ao poder, finalizando um processo que iniciara no fim do século XVII, com a falência do nordeste açucareiro. Em consequência, no campo educacional, as inovações levam o Estado a assumir seu papel na direção dos processos de ensino em todos os níveis, mediante ação racional, planejada e científica, com a disseminação dos grupos escolares (FARIA FILHO e VIDAL, 2000) e com uma investida mais firme, ao longo de toda a primeira metade do século XX, nos processos de formação de professores (TANURI, 2000; ARAÚJO e GATTI JR., 2006).

Na década de 1920, assiste-se a uma inovação significativa na organização da escola normal, com sua divisão em dois ciclos (propedêutico, em três anos, e profissional, em dois anos). No ciclo profissional, aparecem as marcas do escolanovismo brasileiro com ênfase na formação mais técnica dos professores. Nesse contexto, surge a História da Educação como uma disciplina afeta ao ciclo profissional dessa nova escola normal. *Grosso modo*, Tanuri (2000, p.71) apresenta o novo currículo desse ciclo da escola normal: 1) Disciplinas existentes: Pedagogia, Psicologia e Didática; 2) Novas disciplinas: História da Educação, Sociologia, Biologia e Higiene, Desenho e Trabalhos Manuais.

Inaugurava-se a escola nova no Brasil “[...] da qual resultaria uma ampliação da ênfase nos conteúdos pedagógicos, no caráter ‘científico’ da educação e na suposta ‘neutralidade’ dos procedimentos didáticos” (TANURI, 2000, p. 72). Nesse contexto e nessa perspectiva, é introduzido no Brasil o ensino da História da Educação nos processos de formação de professores, antes mesmo da criação de uma estrutura de pesquisa em educação e, de modo particular, da conjugação de esforços efetivos da pesquisa em História da Educação. Carvalho (2005), a partir de Warde, afirma:

[...] constrangimentos teóricos e institucionais que marcaram o processo de institucionalização da disciplina nos cursos de formação de professores foram objeto de especial atenção em trabalhos produzidos no âmbito de pesquisa coordenada, no início da década passada, por Mirian Jorge Warde. Em artigo de 1990, Warde sustenta que o processo de subtração da História da Educação do campo da história e de sua inserção entre as ciências da educação subordinou-se aos critérios de hierarquização e composição curricular que comandaram os investimentos teóricos e institucionais do grupo de intelectuais que se articulou, a partir de 1932, na Associação Brasileira de Educação, postulando para si o estatuto de *renovadores da educação*. Segundo esses critérios, a História da Educação teve o seu estatuto configurado: instituída como disciplina destinada à formação de professores, foi apartada do campo da investigação histórica; ao mesmo tempo, foi secundarizada no campo da educação, no qual a Sociologia, a Psicologia e, por extensão, a Biologia ganharam o estatuto de ciências matriciais (CARVALHO, 2005, p. 34).

Na esteira de processo de afirmação da escola normal são produzidos os manuais escolares de História da Educação que seriam amplamente utilizados pelos normalistas. Segundo Lopes e Galvão (2001) e Nunes (1996), essas obras

tinham como marco definidor o etos religioso-salvacionista e funcionavam como uma verdadeira tribuna de defesa de idéias (WARDE e CARVALHO, 2000). Nessa vertente da produção bibliográfica relacionada ao ensino da História da Educação, de acordo com Vidal e Faria Filho (2003), está assinalado um afastamento dos arquivos com a cristalização de uma escrita moralizadora, restringindo-se a História da Educação à função de disciplina formadora. Da produção vinculada à escola normal destacam-se as obras “Noções de História da Educação”, de Afrânio Peixoto, publicada em 1933, consistindo em uma compilação comentada que tem a escola nova como referência; “Educação: História da Pedagogia. Problemas Actuaes”, das Madres Peeters e Cooman, publicada em 1936; “Noções de História da Educação”, de Theobaldo Miranda dos Santos, publicada em 1945.

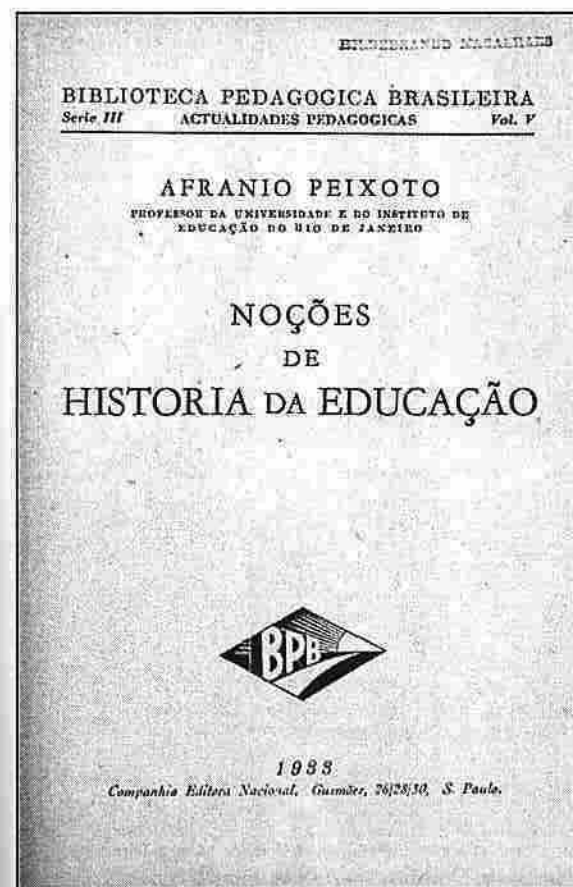


Figura 4 – Capa da primeira edição da obra de Afrânio Peixoto, “Noções de História da Educação”, São Paulo, pela Companhia Editora Nacional, em 1933.

Madres Francisca Peeters e Maria Augusta de Cooman
Religiosas de Santo André

EDUCAÇÃO

HISTÓRIA DA PEDAGOGIA



S. Ignatius de Loyola

Editora-Propriet.: Cia. MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO
(Walszlog Irmãos Incorporada)
SÃO PAULO ■ CAYEIRAS ■ RIO DE JANEIRO

Figura 5 - Capa da primeira edição da obra "Educação: História da Pedagogia. Problemas Actuaes", de autoria das Madres Francisca Peeters e Maria Augusta Cooman, publicada pela Editora Melhoramentos, em 1936.

Série 3.ª BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA Vol. 43
ATUALIDADES PEDAGÓGICAS

THEOBALDO MIRANDA SANTOS

Catedrático de Filosofia da Educação e História da Educação da Faculdade de Filosofia de Santa Cruz e da Faculdade Católica de Filosofia. Professor de Filosofia da Educação do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Ex-professor de Filosofia e História da Educação da Universidade do Distrito Federal.

*

NOÇÕES DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

De acôrdo com os programas das Faculdades de Filosofia, dos Institutos de Educação e das Escolas Normais.

*

EDIÇÃO ILUSTRADA

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
São Paulo - Rio de Janeiro - Recife - Bahia - Pará - Porto Alegre
1945

Figura 6 - Capa da primeira edição da obra de Theobaldo Miranda dos Santos, "Noções de História da Educação", publicada em São Paulo, pela Companhia Editora Nacional, em 1945.

No que se refere ao ensino superior, Saviani (2005) destaca a presença no Estatuto das Universidades (1931) da idéia de uma disseminação dos estudos de educação em nível superior, no qual se pode verificar a proposição de uma Faculdade de Educação, Ciências e Letras (não implantada). Nessa formulação, a educação superior era vista como articuladora da pesquisa e do ensino, mas, dado às urgências, teria papel eminentemente utilitário e prático (formação de professores, sobretudo os do ensino normal e secundário).

Em 1932, a partir de ação de Anísio Teixeira, a Escola Normal do Distrito Federal é transformada em Instituto de Educação, com quatro escolas (Escola de Professores, Escola Secundária, Escola Primária e Jardim de Infância). A disciplina História da Educação aparece ao lado da Biologia Educacional, da Psicologia Educacional e da Sociologia Educacional como parte das disciplinas do primeiro ano do curso. Essa Escola de Professores seria incorporada à recém-criada Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935, tornando-se a Faculdade de Educação que, com suas “licenças culturais”, daria aos alunos da universidade a possibilidade de obterem suas “licenças magistrais”. Este movimento, porém, não teria êxito no Distrito Federal, devido à extinção da UDF, em 1939, com a volta da Escola de Professores ao Instituto de Educação (TANURI, 2000).

Movimento semelhante ocorreu em São Paulo, com a criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, que incorporou, pela Escola de Professores, o Instituto de Educação “Caetano de Campos”, com a finalidade de conferir formação pedagógica aos alunos da Faculdade de Filosofia Ciência e Letras (FFCL). Em 1938, ocorre uma desvinculação e o antigo instituto passa a ser Seção de Educação da FFCL, com o seguinte currículo: 1ª. Seção - Educação: Psicologia; Pedagogia; Prática de Ensino; História da Educação; 2ª. Seção - Biologia Aplicada à Educação: Fisiologia e Higiene da Criança; Estudo do Crescimento da Criança; Higiene da Escola; 3ª. Seção - Sociologia: Fundamentos da Sociologia; Sociologia Educacional; Investigações Sociais em nosso meio.

A criação do Curso de Pedagogia, em 1939, na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, no Distrito Federal, inaugura um novo modelo de formação nos três primeiros anos de curso, por meio de estudos dos chamados fundamentos da educação. Ali são formados os técnicos em educação (bacharéis)

e, no quarto ano, por meio dos estudos didáticos, os docentes dos cursos normais (licenciados) (TANURI, 2000; SAVIANI, 2005). Mirian Jorge Warde (1998) destacou que o “[...] modelo do curso de Pedagogia [...] vem de Louvain, na Bélgica, trazido pela Igreja Católica [...] num claro intento de combater os modelos laicistas e cientificistas dos renovadores da educação” (p. 94).

Sem grandes alterações no quadro de formação de professores até a década de 1960, cabe ressaltar o processo de disseminação da educação a partir do estado desenvolvimentista, sobretudo pelas iniciativas de Anísio Teixeira à frente do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) desde 1952 e pela criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) em 1955 e, nos anos seguintes, dos cinco Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo, Pernambuco e Salvador) que usufruíram dos convênios originados no acordo MEC/Inep-Usaid, entre 1957 e 1965, tais como o Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (PABAAE) e que empreendia ações junto aos professores que disseminavam o tecnicismo e as metodologias de ensino ancoradas na psicologia (TANURI, 2000; ARAUJO e GATTI JR, 2006). Lócus esse que engendraria a pesquisa em educação, bem como a pesquisa em História da Educação, no Brasil.

A década de 1960, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961, trouxe poucas alterações para a escola normal. Ao longo da década, o Conselho Federal de Educação introduz mudanças no curso de pedagogia, por meio dos pareceres 251/62 e 252/69, que indicavam e determinavam que o curso poderia formar o professor primário, além dos técnicos e professores da escola normal, desde que fossem introduzidas no currículo as metodologias e as práticas de ensino específicas que há muito freqüentavam os currículos da escola normal.

Além disso, com o governo militar e a introdução de uma visão tecnicista renovada e associada à teoria do capital humano, o curso de Pedagogia é chamado (1969) a habilitar os profissionais dos serviços de supervisão, o que, entre outras consequências, secundarizaria a História da Educação e a didática no currículo. Com essa iniciativa, “os seis a oito semestres antes dedicados à História da Educação foram reduzidos para dois ou, no máximo, três semestres” (SAVIANI, 2005, p. 20).

Na década de 1970, a Lei 5692/71 introduziu a profissionalização obrigatória no ensino de segundo grau, com a transformação das escolas normais de nível colegial em Habilitação Específica para o Magistério (HEM), a extinção das escolas normais de nível ginásial e o desaparecimento dos institutos de educação. Com isso, a formação de especialistas e professores para o curso de magistério passa ser feita exclusivamente nos cursos de pedagogia (TANURI, 2000, p. 80).

A História da Educação aparece no currículo dessa habilitação em nível médio, no núcleo de formação especial, na designação geral de fundamentos da educação, conforme apresentado por Tanuri (2000): Núcleo Comum de Formação Geral, incluindo Comunicação e Expressão, Estudos Sociais e Ciências; Formação Especial, incluindo Fundamentos da Educação (aspectos biológicos, psicológicos, sociológicos, históricos e filosóficos da educação), Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º. Grau, Didática e Prática do Ensino. A partir de documento do Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional (Cenafor), Tanuri afirma que “[...] a habilitação para o magistério não forma nem para aquilo que seria minimamente necessário ao professor da escola elementar: a capacidade de ensinar a ler, escrever e calcular” (TANURI, 2000, p. 82).

Outro aspecto relevante para o campo do ensino da História da Educação no Brasil, diz respeito aos programas de pós-graduação em educação, criados desde a década de 1960, no qual a História da Educação encontrou lugar tanto na própria designação dos programas quanto nas grades curriculares de formação desses cursos.

Nesse sentido, é importante tratar do que Vidal e Faria Filho (2003), chamaram da terceira vertente da produção em História da Educação que pode ser nomeada acadêmica e que se diferencia da primeira e segunda vertentes, do IHGB e da Escola Normal, por estar vinculada mais diretamente à pesquisa científica e com veiculação forte especialmente nos cursos de Pedagogia e nos programas de pós-graduação em Educação.

Essa vertente se inicia em proximidade com o discurso e as necessidades estatais e tem a obra “A Cultura Brasileira”, de Fernando de Azevedo, em 1943, como emblema, sendo a mesma, segundo Carvalho (2005), a portadora de uma determinada memória dos renovadores e, segundo Nadai (1993), a afirmação dos antigos normalistas como os “representantes legítimos” dos assuntos educacionais.

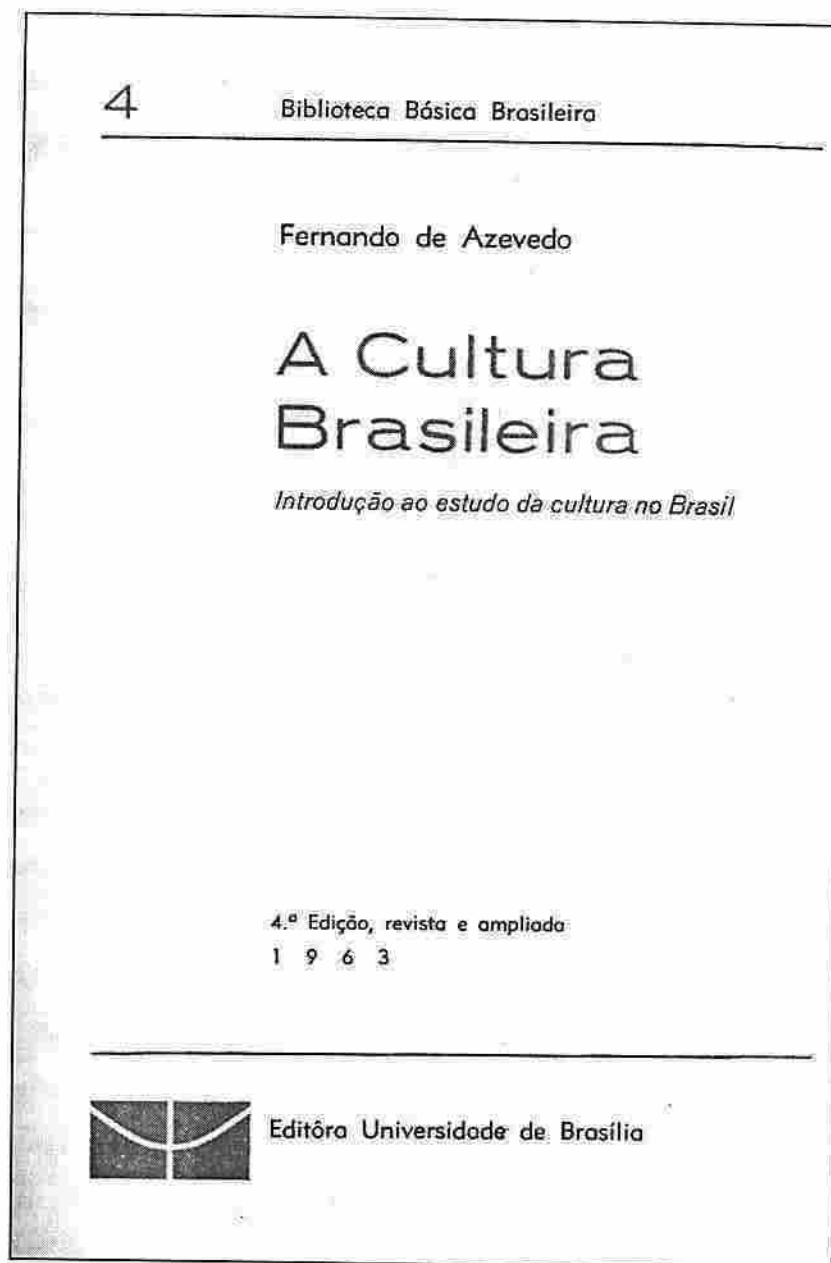


Figura 7.– Página de rosto da quarta edição, revista e ampliada, da obra monumental de Fernando de Azevedo, “A Cultura Brasileira: introdução ao estudo da cultura brasileira”, publicada em Brasília, pela Editora da Universidade de Brasília, em 1963, sendo que a primeira edição data de 1943.

Apesar do forte impacto da obra “A Cultura Brasileira”, segundo Monarcha (1999), os “atos inaugurais” da pesquisa em História da Educação estão presentes na liderança que Laerte Ramos de Carvalho (da Universidade de São Paulo e, especialmente, do Centro Regional de Pesquisa Educacional de São Paulo) exerceu sobre o grupo de pesquisa integrado por Maria de Lourdes Mariotto Haidar, Jorge Nagle, Casemiro dos Reis Filho, Leonor Tanuri, entre outros. Esses autores produziram obras que se tornaram referência tanto na futura pós-graduação em Educação no Brasil quanto nos bancos de ensino universitário (Ver, a esse respeito: BONTEMPI JR., 2001 e 2003).

Os Programas de Pós-Graduação em Educação, por seu turno, constituídos, sobretudo, no período compreendido entre as décadas de 1960 a 1980, com o pioneirismo exercido pelas universidades católicas (Rio de Janeiro, em 1965 e São Paulo, em 1969), em um momento marcado pelo ideário da “opção pelos pobres”, com forte influência do pensamento de Althusser (décadas de 1960 e 1970) e, posteriormente, de Gramsci (décadas de 1970 e de 1980). Desse período, destaca-se, pela difusão alcançada, a obra “História da Educação Brasileira: a organização escolar”, escrita por Maria Luisa Santos Ribeiro, com 1ª. edição em 1978.

Desde a década de 1980 até o momento presente, agregam-se, sobretudo aos programas de pós-graduação em Educação, inúmeros grupos de pesquisa dedicados à temática da História da Educação, à criação do Grupo de Trabalho em História da Educação - GT-HE no seio da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd, o Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Educação e Sociedade” - HISTEDBR e a Sociedade Brasileira de História da Educação - SBHE, entre outros (CATANI e FARIA FILHO, 2001; GATTI JR., 2004b).



Figura 8 – Página de rosto da 15ª. edição, revista e ampliada, da obra de Maria Luisa Santos Ribeiro, “História da educação brasileira: a organização escolar, publicada em Campinas/SP, pela Editora Autores Associados, em 1998, sendo que a primeira edição data de 1978.

Este novo quadro no território da pesquisa tem sido marcado pela pluralidade temática e metodológica, pelos esforços de estruturação de centros de documentação e pela realização de intercâmbios nacionais e internacionais, especialmente com pesquisadores da França, Portugal, Espanha e América Latina.

Assim, em consonância com o desenvolvimento mundial sofrido pela disciplina História da Educação, desde o final do século XX, percebe-se uma alteração substantiva na historiografia da educação brasileira, com a entrada de novas temáticas, abordagens e fontes na interpretação disponibilizada em forma de artigos, coletâneas, coleções e livros. Porém, apenas recentemente é que começam a chegar ao público que frequenta os cursos de formação de professores obras da área de História da Educação que se beneficiam das inovações nesse campo de pesquisa.

A publicação do número 14 (especial) da Revista Brasileira de Educação, em 2000, intitulado “500 Anos de Educação Escolar”, publicado na esteira das comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil, é um sinal das inovações que se operavam na pesquisa e que começavam a transbordar para uma literatura que tinha maior possibilidade de utilização no ensino de graduação. O número é composto por sete artigos que sintetizam a história da educação brasileira, nas temáticas da educação infantil, dos espaços escolares, do ensino secundário, da formação de professores, do ensino-industrial-manufatureiro, da educação de jovens e adultos e da universidade. Ao lado de artigos mais próximos à tradição da história da educação, no viés da História Política ou mesmo da História Econômica, aparecem alguns textos abertos às inovações da História Cultural.

Outra contribuição interessante na direção da inovação da literatura em História da Educação pode ser observada na forma tomada pelo conteúdo do componente curricular História da Educação no Projeto Veredas, da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, desenvolvido junto a quatorze mil professores do estado de Minas Gerais, entre 2002 e 2005, como parte do Núcleo de Conhecimentos Pedagógicos, no qual figuravam também os componentes de Antropologia, Sociologia, Economia, Psicologia e Filosofia da Educação. Os fascículos de História da Educação foram escritos por Luciano Mendes de Faria Filho, da Universidade Federal de Minas Gerais, que apresentou os conteúdos

da disciplina de modo inovador em relação aos programas anteriores e aos livros tradicionalmente utilizados no ensino da disciplina, a saber:

Unidade 1 - Movimentos e idéias educacionais

- A constituição dos sistemas públicos de ensino no mundo ocidental
- A constituição do sistema público de ensino no Brasil
- A luta pela democratização da educação na história recente do Brasil

Unidade 2 - História das instituições escolares

- A emergência da escola como instituição social no mundo ocidental
- As culturas escolares na história
- Espaços, tempos e conhecimentos escolares

Unidade 3 – A organização do trabalho escolar

- Os métodos de ensino na história da escola
- O método simultâneo e a seriação do ensino
- A organização do ensino e a materialidade escolar

Unidade 4 – Os professores e a profissão docente

- Os professores na história
- A docência como profissão
- As ações sociais e políticas dos professores: da feminização à ação sindical

A abordagem dada pelo autor à disciplina História da Educação nos fascículos do projeto assinalaram uma articulação original quanto ao conteúdo, mas, simultaneamente, faziam parte de uma inovação quanto às estratégias de formação dos professores, a Educação a Distância, cujos resultados poderão ser examinados em investigações futuras.

Por fim, dentre outras obras que poderiam ser assinaladas, merece destaque, pela densidade da contribuição e pela diversidade temática, de abordagens e de autores, a obra recente, organizada por Maria Stephanou e Maria Helena Camarà Bastos, intitulada “História e Memórias da Educação no Brasil”, publicada entre 2004 e 2005, em três volumes, pela Editora Vozes. A obra soma mais de oitocentas

páginas de texto e reúne cinquenta diferentes artigos de variados e significativos autores. Material este que tem encontrado penetração significativa nos programas de ensino da disciplina em nível universitário no Brasil. Uso este que, dado que a obra não é uma síntese da História da Educação Brasileira, exige uma ação docente na direção da escolha de textos para o trabalho didático junto aos alunos, o que incorre em uma redução de escala temática que, na medida do possível e da formação dos professores e do interesse dos alunos, pode ser ampliada durante os debates e as discussões em sala de aula.



Figura 9 – Capa do número 14 da Revista Brasileira de Educação, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Número Especial intitulado “500 Anos de Educação Escolar”, referente ao segundo quadrimestre de 2000.

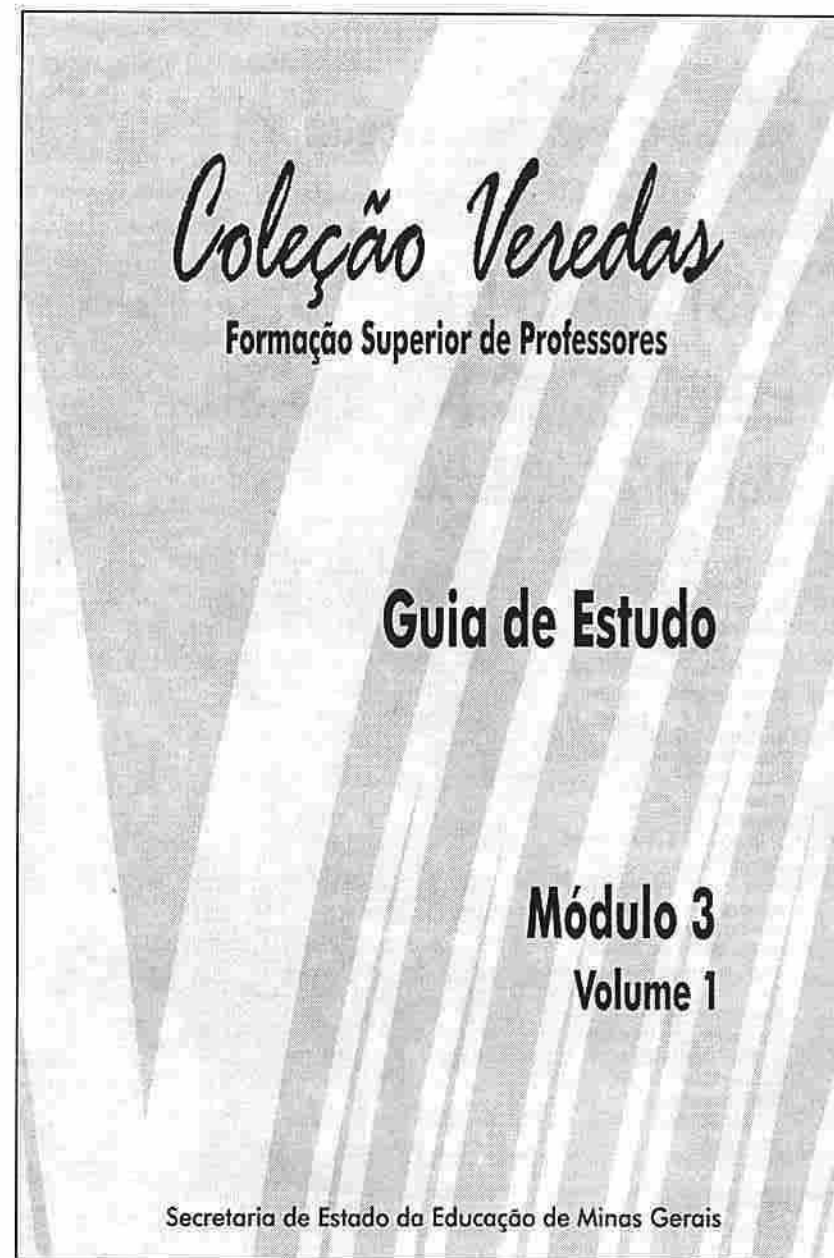


Figura 10 – Capa do Guia de Estudo referente ao Módulo 3, Volume 1, do Projeto Veredas, publicado pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, em 2002.

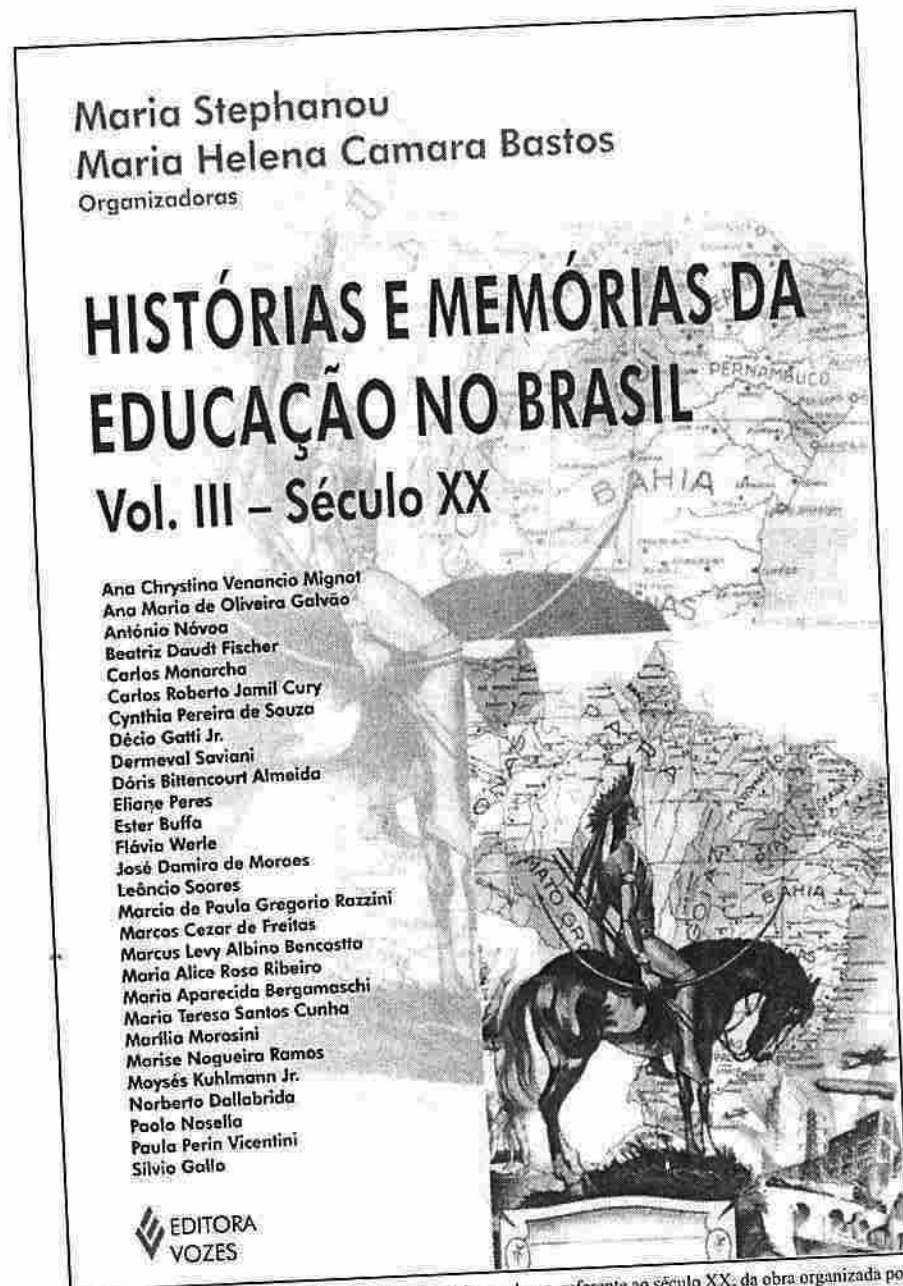


Figura 11 – Capa da primeira edição do terceiro e último volume, referente ao século XX, da obra organizada por Maria Helena Câmara Bastos e Maria Stephanou, “Histórias e Memórias da Educação no Brasil”, publicada em Petrópolis/RJ, entre 2004 e 2005, pela Editora Vozes.

3. SITUAÇÃO E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO COMO DISCIPLINA FORMATIVA

Em texto de 1994, Augustín Escolano Benito assinalava um estado internacional de crise da História da Educação como disciplina formativa, a partir da síntese de discussões levadas a cabo por Caspard, na França; Aldrich, no Reino Unido; Lascarides e Hinitz, nos Estados Unidos; Nakauchi, no Japão, sendo interessante observar que os apontamentos na direção de uma crise da História da Educação como disciplina nos cursos de formação de professores ocorria em um momento de intensificação da pesquisa e dos processos de divulgação dos resultados das mesmas por meio de congressos, associações, sociedades, grupos, intercâmbios, obras, revistas, etc. (ESCOLANO BENITO, 1994, p. 56-7).

Esta contradição entre a fecundidade da pesquisa com a consolidação de procedimentos de investigação e íntimo relacionamento, com diversas ciências sociais na direção de uma história total e a percepção de certa estagnação do ensino da História da Educação nos cursos de formação de professores, com a constatação da ausência de boa parte dos novos conhecimentos alcançados pela pesquisa nas salas de aula e na bibliografia dos cursos, tem sido assinalada em diversos textos de autores com afiliações teóricas e educacionais de escopo diferenciado (SAVIANI, 1999a, 1999b, 2001 e 2005; NUNES, 2002a, 2002b e 2003; MENDONÇA, 2003; CARVALHO, 2005; BASTOS, BUSNELLO E LEMOS, 2006; FÁVERO, 2005). Nesse sentido, Dermeval Saviani salienta que apesar

[...] do muito que ainda há a se pesquisar na história educacional brasileira, não se pode deixar de reconhecer que, em razão do avanço significativo da investigação na área, o conhecimento já disponível sobre as mais diferentes épocas e temáticas ampliou-se consideravelmente. Entretanto, no âmbito do ensino dessa disciplina, inclusive no nível universitário, mesmo aquilo que já se tornou conhecido dos especialistas, não tem sido incorporado como objeto de estudo, de forma a socializar os conhecimentos produzidos sobre a educação e a escola (1999b, p.1).

De fato, a percepção desse distanciamento entre as aquisições da pesquisa e a realidade do ensino tem levado os professores de História da Educação a vivenciar uma situação de crise nos momentos de redigir seus planos de curso, de programar as atividades a serem realizadas no interior da disciplina e de selecionar a bibliografia básica e complementar. Dificuldade que se amplia diante da constatação de que há quantidade significativa de professores sem formação específica em História ou em

Pedagogia e que estão a lecionar a disciplina nos diversos cursos de formação de professores existentes no Brasil.

Clarice Nunes (2002a) tem salientado, com Bourdieu, o caráter diferencial que há entre uma pedagogia da pesquisa e uma pedagogia do ensino (p. 38), assinalando as dificuldades dos professores e dos cursos em superar esta dicotomia na prática cotidiana da aula. Assinala também o que aparenta ser mais grave, que muitas vezes a perda do espaço disciplinar que a História da Educação está sofrendo pode vincular-se à distância que a mesma tem aberto em relação às preocupações dos educadores, bem como da dificuldade encontrada em conversar com os colegas e mesmo com os alunos sobre a importância da História da Educação nos currículos dos cursos de formação de professores (NUNES, 2002b, p. 9-10).

Neste sentido, Clarice Nunes tem apontado os problemas atuais vivenciados por parte dos docentes de História da Educação que se encontram insatisfeitos com os modelos explicativos existentes e procedem a uma luta contra a banalização do passado, bem como contra o afastamento dos alunos das narrativas históricas escritas e verbais, colocando-se, por fim, a seguinte questão: Como traduzir no ensino a sedução da pesquisa? (NUNES, 2003, p. 125).

Na direção apontada pelos autores mencionados ancora-se parte da ideia central defendida nesse trabalho, na qual a separação entre o ensino e a pesquisa, entre o saber escolar universitário e, em alguma medida, o saber escolar de ensino médio guardam distância inadequada com o saber que se desenvolve na ciência de referência, com conseqüências que se percebem na estagnação vivenciada no ensino de História da Educação.

Porém, não se deve reduzir a questão apenas a esse aspecto, dado que há situações concretas que estão pressionando os estudantes e as instituições escolares e universitárias para um esvaziamento de leituras mais densas e críticas acerca da História do próprio país. Além disso, há avanços importantes que vêm ocorrendo em termos de tecnologia educacional que apenas em pequena proporção têm sido aproveitados adequadamente pelos professores de modo geral e pelos de História da Educação em particular, haja vista a riqueza de objetos materiais que se tornaram evidências das interpretações vigentes em História da Educação desde a década de 1980.

No que se refere justamente aos processos de ensino e de aprendizagem relacionados à História da Educação parece necessário redimensioná-los tendo em vista sua efetivação na direção de trabalhar com os alunos a partir de uma “[...] prática significativa [que é] aquela que desinstala, que reorganiza a nossa estrutura de conhecimento e nos mobiliza para a ação. É aquela que repercute interiormente do ponto de vista dos afetos e da cognição” (NUNES, 2003, p. 121).

Persiste, no entanto, a dificuldade em, a partir do esclarecimento da legitimidade da História da Educação como saber especializado, assinalar sua importância nos processos de formação dos professores, com uma defesa que ultrapasse os interesses corporativos mais imediatos. Nesse sentido, Escolano Benito (1994), Magalhães (1996), Nóvoa (1999), Saviani (2001 e 2005) e Nunes (2002a e 2003) têm apresentado idéias em alguns aspectos coincidentes na direção da valorização do ensino de História da Educação nos cursos de formação de professores e mesmo para os interessados na temática em termos mais abrangentes.

Augustín Escolano Benito (1994) enumera quatro pontos que justificam a História da Educação nos currículos dos cursos de formação de professores, a saber:

1. Todas as ações e conceitos são categorias histórico-culturais.
2. “Se a história sem teoria pode ser cega, a teoria sem história resulta em um discurso vazio (Depaepe)”.
3. Disciplina propedêutica para formação da identidade do professor.
4. Orientação para o desenvolvimento do sentido crítico (conflitos, avanços e retrocessos...) (p. 58).

Justino Magalhães (1996) assinala que a História da Educação mantém-se importante na formação de professores a partir de um discurso de continuidade e de fundamentação, sendo decisivo no processo de conhecimento da origem dos discursos historiográficos em educação. Para ele, a História da Educação encontra-se determinada a partir de circunstâncias discursivas em que, de um lado, ocorre uma reconstituição da genealogia das idéias e ações educativas, como contraponto necessário ao modelo científico/experimental (critérios de reprodutibilidade, fidelidade, etc.) e, de outro, realiza-se o enquadramento espaço-temporal, buscando a fundamentação e a legitimação da decisão e da ação educativas (p. 12-3). Aponta também que a História da Educação pode ser um ponto de partida para a inovação do conhecimento científico e dos métodos e processos de ensino (p. 14-5).

Por seu turno, António Nóvoa (1999), em texto de apresentação para o público brasileiro da obra “História da Pedagogia” escrita por Franco Cambi, enumerou quatro idéias principais que o levam a defender a História da Educação, a saber:

- A História é a ciência de uma mudança e, a vários títulos, uma ciência das diferenças (Marc Bloch). A História da Educação deve ser justificada, em primeiro lugar, como História e deve procurar restituir o passado em

si mesmo, isto é, nas suas diferenças com o presente. Como escreveu Vitorino Magalhães Godinho, a história é um modo – o mais pertinente, o mais adequado – de bem pôr os problemas de hoje graças a uma indagação científica do passado.

- A História da Educação pode ajudar a cultivar um saudável ceticismo, cada vez mais importante num universo educacional dominado pela inflação de métodos, de modas e de reformas educativas. Aprender a relativizar as idéias e as propostas educativas, e a percebê-las no tempo, é uma condição de sobrevivência de qualquer educador na sociedade pedagógica dos nossos dias.
- A História da Educação fornece aos educadores um conhecimento do passado coletivo da profissão, que serve para formar a sua cultura profissional. Possuir um conhecimento histórico não implica ter uma ação mais eficaz, mas estimula uma atitude crítica e reflexiva.
- A História da Educação amplia a memória e a experiência, o leque de escolhas e de possibilidades pedagógicas, o que permite um alargamento do repertório dos educadores e lhes fornece uma visão da extrema diversidade das instituições escolares do passado. Para, além disso, revela que a educação não é um “destino”, mas uma construção social, o que renova o sentido da ação quotidiana de cada educador. (Nóvoa, 1999, p. 13)

Dermeval Saviani buscou em Hobsbawm fundamento para a defesa da valorização do conhecimento histórico-educacional, por meio da exposição do seguinte raciocínio que reproduzo a seguir:

A destruição do passado - ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas - é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio. Por esse mesmo motivo, porém, eles têm de ser mais que simples cronistas, memorialistas e compiladores. Em 1989, todos os governos do mundo, e particularmente todos os ministérios do Exterior do mundo, ter-se-iam beneficiado de um seminário sobre os acordos de paz firmados após as duas guerras mundiais, que a maioria deles aparentemente havia esquecido (Hobsbawm, 1994, p. 13).

Partindo desse ponto de vista sobre a importância da memória histórica, Saviani (2001) assinalou que a transferência ao ensino de História da Educação dos novos conhecimentos adquiridos pelos historiadores da educação tem sido pouco significativa, bem como tem constatado o desconhecimento dos alunos da história de modo geral e da história de nossos pensadores e pedagogos particularmente (p. 2). No que diz respeito à relação entre História da Educação e a política educacional, Saviani destaca que:

[...] a história da educação, enquanto repositório sistemático e intencional da memória educacional será uma referência indispensável na formulação da política educacional que se queira propor de forma consistente, em especial nos momentos marcados por intentos de reformas educativas [...]. De outro lado, dos rumos adotados pela política educacional depende o peso que a história da educação irá ter na formação das novas gerações, o que acarreta, no médio e longo prazo, conseqüências relevantes para o desenvolvimento da área. Isto porque é no sistema de ensino que se formam os quadros de pesquisadores e professores de história da educação, residindo também aí o lugar principal de atuação profissional dos historiadores da educação (p.1).

A partir dessa idéia exposta por Saviani, pode-se desdobrar que a ação política pode ser melhorada mediante o acesso à informação histórica, ainda que caiba acautelar-se, como salientou Clarice Nunes (2002a) para a diferença entre os clichês e as posições críticas, pois a primeira comporta crenças que se perpetuam no território das idéias, escapando do terreno da realidade histórica. Nesse sentido, em texto recente, Nunes (2003) destacou a importância de se pensar historicamente, como fundamento do ensino de História da Educação, o que significaria, segundo a autora:

[...] viver a experiência da relação entre sujeito e objeto; assumir a diferença das representações e espantar-se com o desconhecido. Só o trabalho duro de suspensão das certezas (as nossas e as dos outros) permite que habitemos plenamente nosso próprio mando, principiando a aprendizagem de um certo vocabulário, um certo estilo de interrogar, de dar inteligibilidade ao que se aprende, de pensar historicamente (Nunes, 2003, p. 135).

Sua proposição para o ensino de História da Educação é de que o mesmo deve ser visto a partir da relação entre sujeitos - professores e alunos principalmente - que em um processo de interação pedagógica podem amadurecer mutuamente. Os alunos, sobretudo, dão razão para a existência do ensino de História da Educação, pois em sua experiência pessoal, a autora, afirma que sua intenção é que

[...] cada um deles, na medida dos seus limites e possibilidades, se dê conta mais profundamente da sua própria experiência como pessoa e aluno, aprendendo a usar uma linguagem pública e, portanto, mais elaborada. Tenho o objetivo central de contribuir para que desnaturalizem a escola na qual estudam e/ou trabalham, isto é, compreendam os processos que a engendram, a disseminaram e a colocaram em xeque (NUNES, 2003, p. 138).

Simultaneamente pode-se perceber a importância e as dificuldades que o ensino de História da Educação comporta no momento atual. Parte do desafio que a disciplina enfrenta está relacionada a um movimento geral dos educadores, mas seguramente de um movimento dos pesquisadores da área de História da Educação. Pesquisadores que, em grande medida, no Brasil, quase sempre estão vinculados profissionalmente aos cursos de formação de professores, realidade que se apresenta de modo mais marcante nas instituições de educação superior do sistema público federal brasileiro e, em alguma medida, em alguns poucos sistemas estaduais e algumas instituições confessionais, já que a iniciativa privada, com raras exceções, empreende pouco a pesquisa científica, atendo-se, sobretudo, ao ensino.

No momento presente, parece ser necessário precisar o papel do professor de História da Educação no sentido de que a inovação da pesquisa na área e na pedagogia geral possa inundar o dia-a-dia da sala de aula em que a interação pedagógica ocorre. Aspecto que Justino Magalhães clareia ao afirmar que espera que os professores fomentem um raciocínio convergente, articulado, integrado e integrador, esclarecido e esclarecedor; um raciocínio fechado em torno de questões conclusivas e, de outro, espera-se que os pesquisadores partam de raciocínios (in)conclusivos, abertos, questionadores, provocativos e divergentes (1996, p. 10). Reaparece aqui de outro modo a diferença apontada anteriormente entre uma pedagogia do ensino e outra da pesquisa, o que de toda maneira precisa de uma ponte conceitual e prática que permita um trânsito mais adequado entre os dois extremos, aproximando-os e eliminando seus estancamentos.

É nesse ponto que se constata que um dos obstáculos a serem transpostos diz respeito à desarticulação construída historicamente e ainda predominante nos dias de hoje entre as atividades realizadas nos programas de pós-graduação, lugar da pesquisa e da formação dos pesquisadores e a graduação e, porque não afirmar, entre a própria educação superior e a educação básica (GATTI, 2001, p. 109; NUNES, 2002a, p. 39; MENDONÇA, 2003, p. 10).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depreende-se da análise realizada que há fertilidade na utilização da abordagem da História das Disciplinas Escolares para analisar o percurso institucional e social da História da Educação, bem como que recentemente há esforços consistentes na direção da publicação de obras que possam aproximar o território da pesquisa da realidade do ensino da disciplina, ainda que o caminho a ser percorrido nessa direção seja longo, pois que é preciso superar o distanciamento da pesquisa e do ensino na educação superior brasileira, conforme relata Gatti:

A integração da pesquisa como parte da vida universitária, como processo induzido, via mestrados e doutorados, acaba por criar uma vinculação excessiva entre a pesquisa e a pós-graduação na maioria das instituições, quando o desejável seria um espalhamento das atividades de investigação científica em toda a vida acadêmica (2001, p. 109).

Nessa direção, contribuiria muito para o transbordamento mais eficaz dos resultados da pesquisa para as atividades de ensino, se os grupos de pesquisa em História da Educação do País, sejam os consolidados ou mesmo os emergentes, colaborassem com a construção de pontes consistentes da pesquisa, com as atividades de ensino na graduação e com a formação de pesquisadores na pós-graduação, seja pelo intercâmbio, seja pelo acesso rápido aos novos conhecimentos gerados no âmbito da própria pós-graduação, com forte possibilidade de êxito pela proximidade (física e existencial) de boa parte dos objetos de pesquisa e de estudo no âmbito da História da Educação.

Em outra direção, o estabelecimento de redes de pesquisa e de ensino em História da Educação no Brasil e no exterior, com estímulo substantivo às pesquisas na temática do ensino de História da Educação e aos intercâmbios de experiências de pesquisa e, sobretudo, de experiências no ensino da disciplina, colaboraria para o processo de inovação necessário.

Parece importante também que sejam criados mecanismos que facilitem o acesso aos ganhos da pesquisa em história da educação, por meio da disseminação da literatura histórico-educacional em meio impresso e digital, com preocupações didático-pedagógicas e, em articulação com editoras universitárias e comerciais, com a publicação tanto de textos panorâmicos (escala ampliada), como de textos que abordem temas particulares (escala reduzida), pois que ambos podem se coadunar a diferentes propostas de ensino da História da Educação.

Por fim, parece muito importante que os pesquisadores que integram grupos de pesquisa em História da Educação, envidem esforços para agregar às metas de produção de conhecimento novo de seus grupos, preocupações com o desenvolvimento de estratégias e materiais de ensino inovadores. Isso implica na sugestão de que se opere um processo de transformação dos "grupos de pesquisa" em "grupos de pesquisa e ensino em História da Educação". Tal transformação pode ser facilitada por meio da implantação, em escala nacional, de políticas indutivas de melhoria do ensino de graduação nas instituições de educação superior, com linhas de financiamento específicas e que alinhem necessariamente preocupações com a articulação da pesquisa ao ensino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, José Carlos Souza e GATTI JR, Décio (2006). O Ensino baseado em pesquisas e estudos como diretriz do Centro Regional de Pesquisas Educacionais em Minas Gerais. In: ARAÚJO, Marta Maria e BRZEZINSKI, Iria. *Anísio Teixeira na Direção do INEP: programa para a reconstrução da nação brasileira (1952-1964)*. Brasília: INEP/MEC. p. 113-41.

AZEVEDO, Fernando de (1963). *A Cultura Brasileira*. 4ª Ed. (revista e ampliada) Brasília. Editora da UnB.

BASTOS, Maria Helena Camara (2006). Uma Biografia dos Manuais de História da Educação adotados no Brasil (1860-1950). In: VI CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. "Percurso e Desafios da Pesquisa e do Ensino em História da Educação". *Anais*. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia/MG. p. 334-48.

BASTOS, Maria Helena Camara, BUSNELLO, Fernanda de Bastani e LEMOS, Elizandra Ambrosio (2006). A Disciplina 'História da Educação' no Curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1942-2002). *Revista História da Educação*. ASPHE/UFPel. Pelotas. v. 10. n. 19. abril. p. 181-212.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (2003). Disciplinas Escolares: história e pesquisa. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de e RANZI, Serlei Maria Fischer (orgs.). *História das Disciplinas Escolares no Brasil: contribuições para o debate*. Bragança Paulista/SP: EDUSF/CDAPH. p. 9-38.

BONTEMPI JR., Bruno (2001). *A Cadeira de História e Filosofia da Educação da USP entre os anos 40 e 60: um estudo das relações entre vida acadêmica e grande imprensa*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

_____. (2003). A Educação Brasileira e a sua periodização: vestígio de uma identidade disciplinar. *Revista Brasileira de História da Educação*. No. 5. p. 43-68.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2005). *Sinopse da Educação Superior - 2003*. <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/default.asp> (Acessado em 15 de março de 2005).

CARVALHO, Marta Maria Chagas de (2005). Considerações sobre o Ensino de História da Educação no Brasil. In: GATTI JR., Décio e INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs.) *História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações* Campinas/SP: Autores Associados. Uberlândia/MG: Editora da Universidade Federal de Uberlândia. p. 33-45.

CATANI, Denice Bárbara e FARIA FILHO, Luciano Mendes de (2001). Um lugar de produção e a produção de um lugar: a história e a historiografia divulgadas no GT História da Educação da ANPEd (1985-2000). *Revista Brasileira de Educação*. no. 19. Jan./abr.p. 113-28.

CHARTIER, Roger (1990). *A História Cultural entre Práticas e Representações*. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand.

CHERVEL, André (1990). *História das Disciplinas Escolares: Teoria e Educação*. n.º. 2. p. 177-229.

CHOPPIN, Alain (2002) L'histoire du livre et de l'édition scolaires: vers un état des lieux. *Paedagogica Historica*. v. 38, no. 1. p. 21-49.

ESCOLANO BENITO, Agustín (1994). La investigación historico-educativa y la formación de profesores. *Revista de Ciências de la Educación*. no. 157. p. 55-69.

FARIA FILHO, Luciano e VIDAL, Diana Gonçalves (2000). Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. n. 14. p. 19-34, maio/ago. 2000.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque (2005) Reflexões sobre o Ensino e a Pesquisa da História da Educação Brasileira. In: GATTI JR., Décio e INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs.) *História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações* Campinas/SP: Autores Associados, Uberlândia/MG: Editora da Universidade Federal de Uberlândia. p. 47-67.

GATTI JR., Décio (2004a). *A escrita escolar da História: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990)*. Bauru/SP: Edusc, Uberlândia/MG, Edufu.

_____. (2004b). História da Educação: consolidação da pesquisa nacional e ampliação dos espaços de divulgação científica. *Educação e Filosofia* (ISSN 0102-6801). v. 18. Número Especial. Maio. p. 5-22.

_____. (2005). Dimensões do Ensino de História da Educação: história, fontes e formas didático-pedagógicas. In: MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck e CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. *A Educação Escolar em Perspectiva*. Campinas/SP: Autores Associados; Rio de Janeiro: SBHE. p. 171-225.

_____. (2006). Estudo sobre o processo de constituição do ensino e da pesquisa em História da Educação no Brasil (séculos XIX e XX). In: MORAIS, Christianni Cardoso, PORTES, Écio Antônio, ARRUDA, Maria Aparecida Arruda (orgs.). *História da Educação: ensino e pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica. p. 107 a 123.

GATTI JR., Décio e NASCIMENTO, Sebastião Salvino do (2004). Educação Superior Brasileira: a relação entre ensino superior noturno e o trabalhador-estudante. In: SCRIPTORI, Carmem Campoy (org.) *Universidade e Conhecimento: desafios e perspectivas no âmbito da docência, pesquisa e gestão*. Campinas/SP: Mercado de Letras. p. 201-25.

GATTI, Bernardete Angelina (2001). Reflexão sobre os desafios da pós-graduação: novas perspectivas sociais, conhecimento e poder. *Revista Brasileira de Educação*. no. 18. p. 108-16.

HOBSBAWM, Eric (1994). *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras.

LAVILLE, Christian e DIONNE, Jean (1999). *A Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. (Revisão técnica e adaptação da obra de Lana Mara Siman), Porto Alegre/RS: Editora Artes Médicas, Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais.

LOPES, Eliane Marta Teixeira e GALVÃO, Ana Maria de Oliveira (2001). *História da Educação*. Rio de Janeiro. DP&A.

MAGALHÃES, Justino (1998). *Fazer e Ensinar História da Educação* In: Fazer e Ensinar História da Educação. Braga/Portugal: LUSOGRAFE, Universidade do Minho. p. 9-33.

MATTOS, Selma Rinaldi de (2000). *O Brasil em Lições: a história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo*. Rio de Janeiro: Access.

MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos (2003). Entrevista. *Ícone Educação*. v. 9. nos. 1 e 2. p. 7-12.

MONARCHA, Carlos (org.) (1999). *História da Educação Brasileira: formação do campo*. Ijuí/RS: Editora da Unijuí.

NADAI, Elza (1993). A Investigação em História da Educação no Brasil: as associações e sociedades de História da Educação. In: NÓVOA, António e BERRIO, Julio Ruiz (orgs.). *A História da Educação em Espanha e Portugal: investigações e actividades*. Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. Sociedad Española de Historia da Educación.

NÓVOA, António (1991). O Passado e o Presente dos Professores. In: *Profissão Professor*. Porto/Portugal: Porto Editora. p. 9-32.

_____. (1994). *História da Educação*. Relatório da disciplina História da Educação, apresentado no âmbito das provas para obtenção da agregação. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

_____. (1999). Apresentação. In: CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista. p. 11-5.

NUNES, Clarice (1996). Ensino e historiografia da educação: problematização de uma hipótese. *Revista Brasileira de Educação*. n. 1, p. 67-79, jan./abr. 1996.

_____. (2002a). História da Educação: interrogando a prática do ensino e da pesquisa. In: LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães, GONÇALVES, Irlen Antônio, FARIA FILHO, Luciano Mendes de, XAVIER, Maria do Carmo (orgs.). *História da Educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Faculdade de Ciência Humanas do Centro Universitário FUMEC. p. 38-57.

- _____. (2002b). Entrevista. *Ícone Educação*. v. 8, nos. 1 e 2. p. 5-14.
- _____. (2003). O ensino da história da educação e a produção de sentidos na sala de aula. *Revista Brasileira de História da Educação*. no. 6. jul./dez. 2003. p. 115-58.
- RIBEIRO, Sônia Tereza da Silva (1995) História da Educação ou do Ensino? Uma análise da disciplina nos cursos de formação de docentes. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia.
- ROCHA, Heloisa Helena Pimenta (2001). Recordação para professoras: a História da Educação brasileira narrada por Afrânio Peixoto. In: GONDRA, José (org.). *Dos Arquivos à Escrita da História: a educação brasileira entre o Império e a República no século XIX*. Bragança Paulista. Editora da Universidade São Francisco. p. 11-36.
- SAVIANI, Dermeval (1999a) Sobre a Especificidade do Objeto da História da Educação. Boletim "História, Sociedade e Educação" v. 1, no. 1. <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/boletim11.doc> (Acessado em 01/11/2004).
- _____. (1999b). Sobre a Pesquisa e o Ensino de História da Educação Brasileira. Boletim "História, Sociedade e Educação". Ano I, no. 2. <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/boletim12.doc> (Acessado em 01/11/2004).
- _____. (2001). História da Educação e Política Educacional. *Revista HISTEDBR On-line*. no. 3. http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art2_3.html (Acessado em 01/11/2004).
- _____. (2005). Reflexões sobre o Ensino e a Pesquisa em História da Educação. In: GATTI JR., Décio e INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs.) *História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações* Campinas/SP: Autores Associados, Uberlândia/MG: Editora da Universidade Federal de Uberlândia. p. 7-31.
- TANURI, Leonor Maria (2000). História da Formação de Professores. *Revista Brasileira de Educação*. no. 14. Mai./Ago. p. 61-88.
- VALENTE, Wagner Rodrigues (2004) Considerações sobre a Matemática Escolar numa Abordagem Histórica. *Cadernos de História da Educação*. no. 3. p. 77-82.
- VEIGA, Cynthia Greive e FARIA FILHO, Luciano Mendes de (2001) A Escrita da História da Educação Mineira: a produção de Paulo Krüger. In: GONDRA, José (org.). *Dos Arquivos à Escrita da História: a educação brasileira entre o Império e a República no século XIX*. Bragança Paulista. Editora da Universidade São Francisco. p. 37-58.

- VIDAL, Diana Gonçalves e FARIA FILHO, Luciano (2003). História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). *Revista Brasileira de História*. v.23. no. 46. p. 37-70.
- WARDE, Mirian Jorge (1998). Questões Teóricas e de Método: a História da Educação nos marcos de uma História das Disciplinas. In: SAVIANI, Dermeval, LOMBARDI, José Cláudinei e SANFELICE, José Luis (orgs.) *História e História da Educação: o debate teórico metodológico atual*. Campinas/SP: Autores Associados. HISTEDBR. p. 88-99.
- WARDE, Mirian Jorge e CARVALHO, Marta Maria Chagas de (2000) Política e Cultura na Produção da História da Educação no Brasil. *Contemporaneidade e Educação*. v. 5, no. 7. p. 9-33.